

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
------------------	----

Capítulo 1

O PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO	23
1.1 O “dano marginal” provocado pela demora do processo	23
1.2 Duração razoável: o necessário equilíbrio entre celeridade e respeito às garantias fundamentais do processo	29
1.3 A garantia da duração razoável do processo no Direito internacional e estrangeiro	30
1.4 A garantia da duração razoável do processo no Direito brasileiro	32

Capítulo 2

DIREITO EVIDENTE EM RAZÃO DA LIQUIDEZ E DA CERTEZA: DIREITO LÍQUIDO E CERTO	37
--	----

Capítulo 3

AS ORIGENS DO MANDADO DE SEGURANÇA E A HISTÓRICA PREOCUPAÇÃO COM A SIMPLICIDADE E A CELERIDADE DO PROCEDIMENTO	51
--	----

Capítulo 4

MANDADO DE SEGURANÇA COMO TUTELA DEFINITIVA DA EVIDÊNCIA E SUA LIMINAR COMO TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA E/OU DA EVIDÊNCIA	67
---	----

Capítulo 5

TUTELA DEFINITIVA E TUTELA PROVISÓRIA	81
5.1 Legitimidade para requerer a tutela provisória e a tutela definitiva no mandado de segurança	92

5.2	Cabimento da tutela provisória no mandado de segurança	102
5.3	Momento da concessão da tutela provisória no mandado de segurança.....	102
5.4	Vedação à tutela provisória e à liminar em mandado de segurança de ofício	112
5.5	O poder do juiz para determinar as medidas adequadas para efetivação da tutela provisória no mandado de segurança.....	130
5.6	A aplicação das normas do cumprimento provisório da sentença à efetivação da tutela provisória no mandado de segurança.....	138

Capítulo 6

TUTELA DE URGÊNCIA NO MANDADO DE SEGURANÇA		141
6.1	Perigo da demora	145
6.2	Probabilidade do direito.....	148
6.3	Reversibilidade da tutela provisória de urgência antecipada	150
6.4	A responsabilidade objetiva do requerente pela efetivação da tutela provisória de urgência	159
6.5	A estabilização prevista pelo art. 304, CPC, e sua aplicação à liminar do mandado de segurança.....	161
6.5.1	Requisitos da estabilização da tutela provisória de urgência antecipada requerida em caráter antecedente.....	172
6.5.2	A estabilização da tutela provisória de urgência antecipada incidental.....	192
6.6	Fungibilidade entre as diferentes modalidades de tutela provisória de urgência previstas pelo CPC	195

Capítulo 7

TUTELA DA EVIDÊNCIA NO MANDADO DE SEGURANÇA		197
7.1	Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório da parte	202
7.2	Precedentes vinculantes	205
7.3	Prova documental de contrato de depósito	210
7.4	Prova documental sem contraprova suficiente	213
7.5	Estabilização da tutela da evidência no mandado de segurança	216
7.6	Fungibilidade entre a tutela da evidência e a tutela de urgência no mandado de segurança.....	217

Capítulo 8

LEGITIMIDADE PASSIVA NO MANDADO DE SEGURANÇA, AUTORIDADE COATORA E COMPETÊNCIA.....	219
8.1 Definição de “autoridade coatora”	225
8.2 A errônea indicação da autoridade coatora.....	238
8.3 As funções processuais da autoridade coatora.....	243
8.4 Fim da competência originária dos tribunais para o processo e o julgamento do mandado de segurança, quando a autoridade coatora integrar o Poder Executivo ou o Poder Legislativo	247
8.5 Alteração do ônus de indicar a autoridade coatora	255

Capítulo 9

FIM DAS VEDAÇÕES À LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA, À TUTELA PROVISÓRIA E AO CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA	259
--	-----

Capítulo 10

APLICAÇÃO DA TEORIA DA CAUSA MADURA AO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA	311
---	-----

Capítulo 11

INADEQUAÇÃO DO PROCEDIMENTO DO MANDADO DE SEGURANÇA, A FUNGIBILIDADE DESTE COM OUTROS PROCEDIMENTOS E O DECLÍNIO DA COMPETÊNCIA	321
---	-----

Capítulo 12

A EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, NÃO FAZER E ENTREGAR COISA NO PROCESSO DE MANDADO DE SEGURANÇA.....	353
12.1 Multa cominatória contra a autoridade coatora.....	357
12.2 O interventor judicial no mandado de segurança	361
CONCLUSÕES.....	393
REFERÊNCIAS	429